

GRUPO DE ESTUDOS GRIÔ: contribuições para a prática antirracista no IFSULDEMINAS campus Inconfidentes

Mateus REBOUCAS¹; Bruna E. SILVA²; Cleonice M. da SILVA³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência extensionista do projeto “GRIÔ – Grupo de Estudos sobre Racismo, Antirracismo e História e Cultura Negra e Indígena”, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes. O projeto, financiado por edital interno de apoio a grupos de estudo, configurou-se como espaço de formação, resistência e conscientização, promovendo o debate crítico sobre a presença do racismo estrutural na sociedade brasileira e a valorização dos saberes e culturas afro-indígenas. A iniciativa reafirma o papel do Instituto Federal como agente de transformação social, particularmente no contexto do Sul de Minas, região historicamente marcada por desigualdades étnico-raciais e carente de espaços institucionais voltados à valorização das populações negras e indígenas.

Palavras-chave: Educação; Cultura; Ancestralidade; Afro-indígena.

1. INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, ainda se observa a persistência de práticas pedagógicas eurocêntricas e monoculturais, que marginalizam os saberes e as histórias das populações negras e indígenas. Nesse cenário, ações como o projeto GRIÔ representam um avanço significativo na luta pela efetivação de uma educação plural, inclusiva e comprometida com os direitos humanos. O projeto surge como resposta à necessidade de ampliar e fortalecer os debates étnico-raciais dentro do IFSULDEMINAS, especialmente no interior de Minas Gerais.

A importância da atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) tem sido reconhecida por diferentes pesquisadores, que apontam a urgência de consolidar políticas institucionais voltadas à equidade racial e ao enfrentamento do racismo no espaço escolar (Nascimento, 2020; Santos & Cunha, 2022). Embora o IFSULDEMINAS possua NEABIs em todos os seus campi, a efetivação de suas ações ainda encontra obstáculos estruturais, como a falta de pessoal, recursos financeiros e reconhecimento institucional.

Para Bell Hooks (2013), ensinar é sempre um ato político. Essa afirmação reforça a importância de repensar os espaços escolares como ambientes em que a diferença não seja apenas tolerada, mas acolhida e valorizada como parte essencial da formação cidadã. No caso da educação

¹ Mateus Cristian Rebouças Lopes. Historiador pelo IFSULDEMINAS campus Inconfidentes. Membro externo do NEABI e bolsista do projeto Griô período 2024 – 2025. mateuscristian18@gmail.com

² Bruna Eloisa Silva. Discente do curso de Técnico em Informática no IFSULDEMINAS campus Inconfidentes. Bolsista do projeto Griô período 2024 – 2025. bruna10.silva@alunos.if sulde minas.edu.br

³ Cleonice Maria da Silva. Coordenadora Pedagógica do IFSULDEMINAS campus Inconfidentes cleonice.silva@if sulde minas.edu.br

antirracista, isso significa reconhecer que o racismo não é um problema individual, mas estrutural, exigindo ações concretas e sistemáticas para sua superação.

Portanto, compreender a importância do GRIÔ no cenário educacional e social brasileiro implica reconhecê-lo como uma resposta institucional à invisibilidade das questões étnico-raciais. Sua atuação se insere em um movimento maior de transformação da educação pública, em especial dos Institutos Federais, em instrumentos de justiça social, combate às desigualdades e valorização da diversidade cultural e racial brasileira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto GRIÔ se fundamenta na educação antirracista e decolonial, buscando descolonizar os currículos e valorizar saberes de populações historicamente marginalizadas. Como destaca Ribeiro (2017), é necessário romper com o silenciamento das vozes negras e indígenas, integrando suas histórias e culturas ao processo educativo.

A figura do griô — o sábio africano que transmite saberes por meio da oralidade — é ressignificada como símbolo de resistência e ancestralidade. Segundo Munanga (2005), os griôs representam a oralidade como forma legítima de transmissão de saberes, em contraposição à hegemonia da escrita. Essa referência sustenta uma pedagogia do pertencimento e da valorização da diversidade étnico-racial.

Gomes (2003) defende que a abordagem das relações étnico-raciais na escola deve ser crítica e interseccional, enfrentando o racismo estrutural e institucional. Para a autora, não basta incluir a história negra no currículo; é preciso transformá-la em eixo transversal do processo educativo. Munanga (2010) ressalta que o mito da democracia racial no Brasil encobre desigualdades e dificulta o enfrentamento do racismo, o que reforça a necessidade de ações afirmativas como o GRIÔ. Nesse sentido, o projeto contribui para dar visibilidade a saberes silenciados e promover o diálogo intercultural.

A Constituição do Brasil (1988 art. 205) determina que a educação deve formar cidadãos plenos. Ignorar os saberes de povos negros e indígenas compromete essa missão, tornando o GRIÔ uma resposta concreta a essa lacuna. Ainda, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são marcos legais que orientam a atuação dos NEABIs. O FNEER (2022) afirma que sua efetivação depende do engajamento de toda a comunidade escolar em práticas antirracistas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia do projeto GRIÔ baseou-se na formação de um grupo de estudos com encontros quinzenais, realizados remotamente entre outubro de 2024 e abril de 2025, via Google Meet. As reuniões foram precedidas por leituras orientadas de textos acadêmicos e literários,

indicados pela equipe e pelos participantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento e valorizando vivências individuais.

Uma sala virtual no Google Sala de Aula organizou os materiais e cronogramas, além de abrigar uma biblioteca digital com obras em PDF, vídeos, músicas e entrevistas, disponibilizados gratuitamente ao grupo e à comunidade externa.

O projeto contou com 27 participantes — entre estudantes, docentes, técnicos e membros da sociedade civil. As discussões partiram de obras como O Pacto da Branquitude de Cida Bento e O Fascismo da Cor de Muniz Sodré, possibilitando uma análise crítica do racismo estrutural no contexto local e nacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados pelo projeto GRIÔ evidenciam a importância dos grupos de estudo como espaços de formação crítica, resistência política e valorização da diversidade. Os encontros possibilitaram aos participantes ampliar sua compreensão sobre as formas de opressão racial presentes na sociedade brasileira e desenvolver estratégias pedagógicas para enfrentá-las no contexto escolar. Como apontam Gomes e Jesus (2013), a formação de educadores para a diversidade racial deve ser contínua, reflexiva e fundamentada no diálogo intercultural.

Durante as discussões, emergiram relatos de vivências pessoais, análises teóricas e experiências de discriminação que reforçaram o papel do grupo como espaço de escuta sensível e acolhimento. A participação ativa dos envolvidos demonstrou o potencial de iniciativas como o GRIÔ para fomentar o protagonismo de estudantes negros e indígenas no ambiente acadêmico, muitas vezes marcado pela invisibilidade e pelo silenciamento dessas identidades.

Além disso, o projeto impactou diretamente o fortalecimento do NEABI-Inconfidentes e sua inserção nas ações institucionais do campus. A criação de materiais digitais, como a biblioteca e a galeria audiovisual, ampliou o alcance das atividades para além dos encontros virtuais. A experiência vivida no GRIÔ reafirma o papel da educação como instrumento de emancipação, especialmente em regiões como o Sul de Minas, onde o debate sobre racismo ainda encontra resistências culturais e institucionais.

5. CONCLUSÃO

O projeto GRIÔ se consolidou como uma ação relevante para o fortalecimento da educação antirracista no IFSULDEMINAS e para a valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas. Sua proposta pedagógica incentivou o pensamento crítico, o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados e ampliou o papel formativo dos NEABIs.

A experiência demonstra que ações de extensão voltadas às relações étnico-raciais são

essenciais para tornar as instituições espaços de equidade. O apoio da gestão e o investimento estrutural são fundamentais para a continuidade dessas práticas.

Em um contexto de avanço do conservadorismo e do negacionismo racial no Brasil, iniciativas como o GRIÔ representam resistência política e cultural. Como afirma Bell Hooks (2013), ensinar é um ato de esperança e subversão. O projeto reafirma esse princípio ao promover uma pedagogia voltada à transformação social e à valorização da ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFSULDEMINAS campus Inconfidentes e Reitoria. A iniciativa e continuidade desse projeto pelo Professor João Paulo Lopes e a Pedagoga Ma. Cleonice Maria da Silva. As alunas Bruna, Maria e Alicia, aos demais alunos e alunas membros dos NEABIs que fortalecem essa temática em seus espaços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

FNEER – Fórum Nacional de Educação Étnico-Racial. Carta de Princípios e Propostas de Ação. Brasília, 2022. Disponível em: <https://fneer.org.br/documentos/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: repensando caminhos. In: GOMES, N. L. (org.). Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Márcia Lima de. Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a implementação da Lei 10.639/03. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

MUNANGA, Kabengele. O mito da democracia racial: o racismo e o negro no Brasil. São Paulo: Ática, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Gislene Aparecida dos; CUNHA, Luiz Carlos da. Educação e relações raciais: desafios para a formação docente. Campinas: Papirus, 2022.